

Política e questão de família

Ana Cláudia Marques

Doutora pelo Museu Nacional – UFRJ

RESUMO: O problema abordado aqui consiste em entender porque e em que medida as brigas de família, as *intrigas* e *questões* na terminologia do sertão do Pajeú em Pernambuco, são também brigas políticas. Para abordá-lo, considerarei perspectivas exógenas e sobretudo nativas concernentes aos significados das brigas de famílias, menos com o propósito de afiliar-me a alguma delas do que de buscar vislumbrar as relações que trazem à tona. As interrogações em torno da natureza das lutas de família tais como tomam forma no sertão nordestino levaram-me a considerá-las em suas parcialidades, deslocando minha atenção de um ponto de vista englobante de um fenômeno para os diferentes, por vezes ínfimos, momentos de suas atualizações. Tal procedimento resulta, por outra parte, em pôr a descoberto uma série de descontinuidades, de fronteiras no interior de um universo social em que as relações são marcadamente familiares e, portanto, encontram na união e na solidariedade seus valores mais enfatizados, seja na retórica social, seja nas suas análises.

PALAVRAS-CHAVE: família, lutas de famílias, política, sertão de Pernambuco.

Apresentação

A busca das causas, das condições e da natureza deste fenômeno social que são as lutas de famílias, tal como foram e são vividas no sertão pernambucano, compele a considerá-lo do ponto de vista da política, especialmente sob o enfoque particular da vida política municipal. Os estereótipos construídos, em boa parte nutridos nas próprias ciências humanas, em torno da figura do sertanejo, do regime social, econômico e político que se vive na árida paisagem do sertão nordestino, suge-

rem interrogações e hipóteses para este fenômeno das vinganças privadas. Sucintamente colocado, o problema abordado aqui consiste em entender porque e em que medida as brigas de família, as *intrigas* e *questões* na terminologia do sertão do Pajeú em Pernambuco, são também brigas políticas.

A formulação desse problema encontra também motivações muito concretas, da ordem dos dados, obtidos em trabalho de campo e mesmo fortuitamente, nos noticiários nacionais. Não são poucas as vezes, nem restritas àquela região nordestina, em que são noticiados assassinatos e emboscadas de ocupantes de cargos públicos, de que são suspeitos inimigos pessoais e com antecedentes de outros episódios similares em que protagonizaram, talvez em desempenho de papéis inversos, a mesma vítima e acusado, ou alguém a eles relacionados por parentesco ou aliança política.

Para abordá-lo, considerarei perspectivas exógenas e sobretudo nativas concernentes aos significados das brigas de famílias, menos com o propósito de afiliar-me a alguma delas do que com o de vislumbrar as relações que trazem à tona. As interrogações em torno da natureza das lutas de família, tais como tomam forma no sertão nordestino, levaram-me a considerá-las em suas parcialidades, deslocando minha atenção de um ponto de vista englobante de um fenômeno para os diferentes, por vezes ínfimos, momentos de suas atualizações; da seqüência total dos acontecimentos para as particularidades de seus diferentes episódios; do universo das famílias envolvidas para as relações em que estavam envolvidos alguns de seus principais participantes. Tal procedimento resulta, por outra parte, em pôr a descoberto uma série de descontinuidades, de fronteiras no interior de um universo social em que as relações são marcadamente familiares e, portanto, encontram na união e na solidariedade seus valores mais enfatizados, seja na retórica social, seja nas suas análises. A seqüência de vítimas, as acusações e suspeitas mútuas, ou seja, a eleição dos alvos e as imputações de responsabilidades revelam, no lugar de unidades coesas, feixes de relações

que se compõem e descompõem, em um movimento incessante, que objetam a constituição de uma organicidade invariante, tanto na briga quanto na política, nas quais as hierarquias coexistem e interpenetram-se, sem contudo reduzirem-se umas às outras ou a uma só delas.

Perspectivas

A vida pública de alguns dos protagonistas proporciona maior alarde a um conflito de proporções já avantajadas do ponto de vista da violência aberta. No entanto, não há realmente uma distinção absoluta entre as *questões* de família que não envolvem ocupantes de cargos públicos. Nos conflitos sobre os quais me debrucei, observo, com efeito, uma correlação entre a dimensão do conflito, medida pelo contingente de indivíduos e grupos que tomam parte diretamente na *questão*, e a intervenção de personalidades investidas de funções públicas, detentoras de *prestígio*. Contudo, a maior dispersão e publicidade, mesmo a sobredeterminação de fatores políticos, não me parece que constituam elementos que modifiquem a natureza de uma briga de família. Ao contrário, as indagações em torno do caráter verdadeiro de um conflito, se político ou de família, arriscam excluir de sua análise aspectos que considero constitutivos, como a pluralidade de suas motivações e a exuberância de seus significados.

De fato, o tratamento de um conflito enquanto político ou de família depende da perspectiva através da qual ele é considerado. Nos discursos veiculados fora da comunidade em que tais conflitos acontecem, só tendem a ser objeto de especulações as brigas publicamente manifestadas e, compreensivelmente, a tonalidade política sempre se insinua, mesmo quando é sobre briga de família que se propõe discutir. No intuito de investigar determinada combinação de várias modalidades de delinquência – roubo de cargas, plantio e tráfico de maconha e de armamento sofisticado, assassinatos – que vêm delineando, no terreno da ilegalidade, uma certa especificidade para o interior de

Pernambuco, instaurou-se, no final dos anos 90, uma CPI estadual do narcotráfico e da pistolagem. No processo de apuração dos delitos, os deputados depararam-se com várias denúncias que os levaram a interrogar protagonistas de conflitos designados “de família” pelas testemunhas. Com objetivos, interesses e valores certamente distintos dos interrogados, os parlamentares enfatizaram em suas argüições a natureza política e de delinqüência dos fatos jurídicos que isolavam.

ACUSADO: ...eu me sinto até envergonhado de estar aqui presente na frente de tanta autoridade e dizer que esses homicídios em Jordânia foram todos praticados por um par de botas e por causa de roubo de bode dentro de Jordânia, eu não conheço nenhuma pessoa em Jordânia ou qualquer outra cidade que me desminta hoje aqui, e dizer que essas pessoas que estão morrendo em Jordânia seja praticado por política, a vergonha é muito grande de dizer que é por causa de um par de botas de roubo de bode dentro da cidade [...].

DEPUTADO: Acusado, me responda com sinceridade, eu acho que você está aqui, está demonstrando que quer ajudar. Essa briga invés de um par de botas não era maconha não? [...].

ACUSADO: Não senhor, conhecimento de maconha eu não tinha não, agora desse par de botas eu tenho conhecimento. (Transcrição textual das Notas taquigráficas de um acusado de envolvimento na *questão de família* de Jordânia¹.)

Essa tripla associação de delinqüência, política e briga de família também aguça o interesse de jornalistas que procuram ampliar a inteligibilidade das notícias sobre crimes computados nas brigas de família através de explicações históricas e sociológicas, formuladas não se sabe bem por quem.

Brigas de família são tão tradicionais no sertão de Pernambuco quanto espinhos de mandacaru ou carne de bode assada. Aparecem de tempos em tempos, em qualquer ponto da caatinga, e se estendem por anos a fio. “A honra do sertanejo continua sendo mais importante do que a vida”, explica o comandante da 2ª Companhia Independente de Policiamento [...]. E embora as velhas garguchas e espingardas soca-soca tenham sido trocadas pelos

fuzis AR-15 e submetralhadoras Uzi, o componente emocional da vingança a um parente morto continua o mesmo desde 1848, quando os Carvalho e os Pereira começaram a duelar em Serra Talhada. (*Diário de Pernambuco*, 1º de agosto de 1997)

Muitas vezes ouvi da parte dos moradores de Jordânia e, especificamente, de membros da família Santana e partidários da facção política municipal organizada em torno dela, a queixa de que na imprensa se costuma confundir a *briga*, iniciada no princípio dos anos 90, com a quase centenária disputa política que opõe, no município, os Santanas aos Gouveias. Um correligionário dos Santanas, homem que para além de seu engajamento ativo foi detentor de uma notável memória da história política de seu município, sempre invocado como fonte de informação preciosa para os interessados, explicou-me em detalhes, por mais de uma vez, todos os meandros do velho antagonismo político entre duas facções em Jordânia. A esses detalhes acrescentou importantes considerações.

Mas tudo isso, Santana, Gouveia, continuaram se casando um com o outro. Frequentando as festas e os clubes, normalmente. Quando chegava a época de eleição, o negócio endurecia. Trocavam um pouco de desaforo, nos comícios, etc., mas não havia nada. Quando foi de 90 para cá, que começou essa mortandade. Mataram o filho de Rosário Santana. Parece que teve influência de negócio de maconha, essas coisas. Povinho novo que quer ganhar dinheiro fácil, e aí começou essa mortandade, morria um daqui, morria outro de lá, e pá, pá, pá. Mas aí a imprensa, a mídia, diz que a questão tem 100 anos [risos]. Às vezes penso em escrever uma notinha para mandar para o jornal, esclarecedora da (...) mas hoje já tô com a cabeça meio cansada para fazer essas coisas, não tenho...

A disputa política é algo completamente diferente, dizem, muito mais antiga e com propósitos inconfundíveis com os da *briga*. Dentro de Jordânia, Santanas e Gouveias sempre tiveram entre si laços estreitos de amizade e até de parentesco, evocados *ad nauseam* como prova da boa convivência das duas facções que reservavam à estrita esfera da política as disputas em que protagonizavam seus membros. Exceto às vésperas das eleições, acrescentam, quando a política invade todos os

espaços, todos os interesses, todas as conversas, a convivência entre Santanas e Gouveias não só sempre foi possível como muito harmônica². Mesmo então, sabendo-se que somente as boas maneiras já são incapazes de controlar a boa convivência, porque se torna impossível calar as convicções e a torcida, o evitamento deliberado dos partidários da facção oposta é o meio pelo qual sempre se tem conseguido impedir que os ânimos mais exaltados cheguem às vias de fato.

A evitação se aplica até aos próprios parentes apoiantes de facções opostas. Importa manter as distâncias mesmo nas relações domésticas, quando acontece haver aí divisão de votos, como sucede a uma informante filha de pai Gouveia e mãe Santana. Como os filhos do casal apóiam os parentes da mãe, eles suspendem temporariamente o convívio com os parentes paternos quando o dia das eleições está próximo. Com maior razão, administra-se cuidadosamente os percursos e os locais que se vai visitar numa época de dissociação, de “conflito autorizado” como é a da *política* (cf. Palmeira, 2001), pois certas porções do espaço urbano estão associadas a uma das facções, como os arredores de residências e comitês de candidatos, os dois clubes sociais da cidade, cada um vinculado a uma das duas famílias no comando das duas facções opositoras, e mesmo certos trechos de logradouros em que vários edifícios vizinhos são de propriedade e uso de membros da mesma família. O bom senso manda respeitar os locais em que os adversários desenvolvem suas atividades voltadas para a política, nesse período em que a política parece contaminar até o ar que se respira. Assim, os comícios dos partidos são programados em momentos e locais muito distintos e se espera que os adversários não participem do evento alheio, a bisbilhotice sempre desafiando os limites da tolerância constitutiva desse padrão de relações, em que ruído e silêncio se combinam no modo como são agonisticamente vividas. Os adversários devem ser mantidos separados, embora em uma distância curta o bastante para que possam assistir, amargar, desprezar, respeitar ou temer a glória do outro.

O conflito não é algo ausente das relações sociais, conforme sabem os cientistas sociais e os próprios nativos. Certas formas de vivê-los são socialmente aceitáveis, encorajadas ou combatidas. Os jordanenses mais e menos identificados com a *briga* insistem na aptidão historicamente demonstrada pela comunidade em lidar pacificamente com conflitos políticos, caindo-lhe bastante mal a suposição de terem falhado nessa prova de civismo. Talvez por se identificarem com aqueles que fazem política (cf. Palmeira, 2000), assumir que as disputas da política se produzam fora dos campos de contenda a que estão designadas corresponda a reconhecer uma derrota da sua própria comunidade de pertencimento. Quando os embates verbais e as manobras de conquista de votos, verbas e alianças cedem à violência física, a identidade entre política e comunidade parece desfazer-se. O nós cede lugar ao eles. São certos indivíduos que falham; periféricos, desviam-se da orientação que os líderes de maior prestígio das duas famílias sempre souberam preservar. Os jordanenses e seus simpatizantes costumam acusar os jovens integrantes das duas famílias pelo desmantelo da *briga*. Uma atitude que talvez possa ser lida sob a ótica da alocação de responsabilidade (Peters, 1972). A presunção de imputação de autoria aos jovens é certamente uma forma de isentar outros integrantes que, vistos de fora, por sua elevada posição e seu prestígio, mais do que “propriamente representar” um grupo, arriscam significá-lo (cf. Palmeira, 2000: 10). Risco que corresponderia a estender uma *questão* a um universo muito mais dilatado e antecipável e, ao mesmo tempo, a convertê-la em algo que ela não é, uma espécie de guerra de todos contra todos no interior desse mesmo universo.

Acrescente-se que nesse campo social, não nos deparamos propriamente com famílias organizadas em grupos orgânicos. Desse modo, a simples elocução de nomes como Santana, Gouveia, Albuquerque ou qualquer outro não designa sempre a mesma coisa³. Por outro lado, pronunciar tais nomes não é o mesmo que coisa alguma. Há valores, prestígio, reputação que lhes são ligados que, tal como a composição

dos grupos, estão em constante redefinição e, portanto, convém que se zele por eles. A par do critério, relevante mas não suficiente, da consangüinidade, percebe-se uma retórica de inclusão e exclusão que se apoia na avaliação coletiva das condutas. Um procedimento que esteve em jogo, por exemplo, quando a esposa daquele entrevistado declarou, para minha surpresa, que a *questão* de que falávamos não dizia respeito aos Santanas e Gouveias.

ESPOSA DO ENTREVISTADO: Essa briga toda não tem nada com Santana e com Gouveia.

PESQUISADORA: A senhora acha?

ESPOSA DO ENTREVISTADO: Nada! Ai é droga.

ENTREVISTADO: Não tem, assim, ela quer dizer, no sentido de política, não sabe? De política, tira proveito político, não sabe? É mentira, proveito político é mentira. Começou a morte do Marlon foi negócio de droga. De maconha.

PESQUISADORA: Não teve um par de botas?

ENTREVISTADO: Teve. Consta que tinha maconha pelo meio.

Da mesma forma que se deseja pertencer ao mesmo grupo em que se procura recrutar os indivíduos mais prestigiados, procura-se selecionar condutas apropriadas à *fama* que se deseja reforçar. Não basta que os protagonistas de uma *questão* enverguem um sobrenome para que os demais titulares do mesmo considerem-se e sejam considerados afetados por ela. A solidariedade, sempre parcial, que atrairão dependerá da posição ocupada pelos protagonistas no seio de seu grupo (de formação sempre imprecisa) e, correlativamente, da avaliação moral de suas ações. Isso tudo ajuda a tornar a decifração das participações e da dinâmica das brigas de família uma tarefa bastante complicada.

Tanto na Justiça quanto na imprensa, nas perspectivas exteriores à comunidade, política e briga parecem confundir-se e, de certa forma, esta parece determinada por aquela. Esse ponto de vista choca-se com aquele nativo, que enfatiza a distinção entre uma coisa e outra. Minha proposta de investigação sempre foi a de abordar e, tanto quanto possível, ver o fenômeno das brigas de família pela perspectiva nativa. Desloquei-me para o sertão de Pernambuco na expectativa de descortinar estas perspectivas e com este intuito tomei decisões metodológicas importantes durante o trabalho de campo (cf. Marques, 2001). No entanto, o meu ponto de vista também não se confunde com o dos nativos, ainda que se alimente dele. Tomo em consideração sem descartar como meramente retórica a distinção que enfatizam entre briga e política, mas também me faço sensível à relação entre essas duas coisas – sob o risco de substantivá-las em domínios separados, com todos os efeitos limitadores que isso produz na análise da política já minuciosamente debatidos na filosofia e na antropologia (cf. Palmeira e Goldman, 1996: 4-5) – embora queira evitar a redução de uma a outra, raciocínio para o qual vejo inclinarem-se a Justiça, a imprensa e o senso comum intelectual. Esse esforço se conjuga a uma proposta de Strathern (1992) que é a de “ao invés de desmontar sistemas holísticos através de categorias analíticas não apropriadas, [...] buscar uma apreensão holística da maneira pela qual nossos sujeitos desmontam seus próprios construtos” (: 76).

O ponto de vista segundo o qual a briga de família se distingue da política se apoia no pressuposto de os protagonistas de uma coisa não serem exatamente os mesmos protagonistas da outra. As disputas da política, basicamente aquela que envolve a conquista de votos e de apoio, consubstancializada nas campanhas eleitorais, nunca desembocaram em seqüências mais longas de assassinatos mútuos, malgrado décadas de oposição entre as duas facções⁴. Por outro lado, um desen-tendimento pontual entre jovens ligados às duas famílias teve o poder de desencadear uma *questão* na qual se contrapõem *lados* nomeados da mesma forma que as duas facções que dividem o cenário político. A

briga entre jovens não foi a primeira deflagração de violência entre pessoas ligadas às duas facções opostas. Se a *briga*, como em Jordânia se designa o conflito armado que opôs Santanas e Gouveias nos anos 90, é de família e não política, então é porque as famílias dos dois palcos da disputa não são as mesmas. E no entanto, só se compreende por que razão os mesmos nomes de família designam os dois *lados* da *questão* porque estes se constituíram em grande parte mediante divisões produzidas pela ou através da política. Como procurei problematizar em outra ocasião (Marques, 1999), desde o início das ofensivas armadas e ao longo de dez anos, os protagonistas da *questão* foram se modificando e, além disso, dificilmente se poderia imputar uma identidade a qualquer deles, como Santana ou Gouveia, que fosse intrinsecamente definida, deslocada do contexto da *questão*.

Verifiquei logo que os sertanejos muito prontamente lançam mão de um nome de família para designar um conjunto de pessoas envolvidas em alguma atividade comum. Essas pessoas se constituem num tecido de relações no seio do qual elas se distinguem de acordo com as relações específicas que estabelecem. Um Santana assim se assume por uma diversidade de razões, não necessariamente todas ao mesmo tempo: portador do nome, do *sangue* Santana; correligionário da facção política de mesmo nome; *amigo* ou servidor de algum membro eminente da “família” (membro e família que se definem da mesma forma); afim ou vizinho de um ou vários grupos domésticos aparentados e localizados no espaço. Uma vez que as mesmas relações podem ligar, ao mesmo tempo, uma pessoa ou coletividade a grupos designados por outros sobrenomes, notamos que as famílias são totalizações persistentes, mas nem sempre constituídas pelas mesmas partes. Não apenas porque elas se renovam de acordo com alguma evolução linear dos ciclos de vida, mas porque as pertenças são sempre concomitantes à não pertença, ou à pertença a uma outra totalização.

Dizer que em Jordânia uma briga irrompeu entre Santanas e Gouveias não foi uma iniciativa que partiu primeiro da imprensa, nem da Justi-

ça, mas dos jordanenses, e ainda em um primeiro momento, em que tomaram parte uma série de pessoas não primariamente identificadas aos Santanas ou aos Gouveias. Nem todos os jordanenses sabem distinguir bem os participantes individuais de cada episódio ou mesmo do conjunto dos acontecimentos da *questão*, muitos contentam-se em localizar aproximadamente os grupos domésticos atingidos diretamente. Isso é o bastante para que um forasteiro, ao lhe ser explicado do que se trata a *briga*, compreenda que nem todos os Santanas e Gouveias foram atingidos. Com um pouco mais de tempo, o forasteiro perceberá que distâncias sociais e morais são anunciadas nas narrativas, insinuando-se através de um quadro de inclusões e exclusões formulado por cada narrador e concernente aos participantes da *briga* (ou das diferentes *questões* que a compõem), a si mesmo e a outros expectadores: os Santanas da *briga* não são os mesmos Santanas em que um certo “nós” e um determinado “eles” se incluem, por exemplo. Ou, nós Santanas, que participamos de tal episódio, nada temos a ver com aqueles outros Santanas, que participaram de outro episódio.

Se o forasteiro se deparar com alguém melhor informado e disposto a detalhar os meandros de uma *questão* – a de Jordânia realiza isso de modo muito concreto – ele deve se espantar ao constatar que, ao contrário do que nos faz supor o modelo do senso comum de briga de família, a história tomou rumos inesperados, imprevisíveis, desordenados do ponto de vista de qualquer observador de seu momento inaugural. Talvez também se espante ao se dar conta de que apesar dessa, por assim dizer, insuficiência que constitui uma totalização como Santana ou Gouveia, não há propriamente inconsistência. Trata-se de um todo que não antecipa as partes que não param de se compor e descompor, um todo *ad hoc*.

Alvos e rumos

Os rumos de uma *questão* são dados pelos seus alvos. Isso não é o mesmo que dizer que os alvos de uma *questão* sejam dados pelos seus ru-

mos, embora esta segunda asserção possa também ser verdadeira, caso compreendamos que ela é inseparável da primeira. A cada novo alvo uma *questão* retraça seu rumo, atraindo novos adeptos, sendo abandonada por outros; nesse processo, gera novos alvos potenciais e praticamente exclui alguns outros anteriormente considerados também potencialmente como tais.

A filha do primeiro prefeito assassinado no âmbito da *briga* de Jordânia ausentou-se de sua terra natal por anos, considerando-se muito visada pelos inimigos devido às suas denúncias à Justiça. Hoje em dia, há muito tempo e ostensivamente afastada dos centros de decisão concernentes às ações da *briga*, sente-se segura o bastante para voltar a morar ali. Compreende-se, então, a importância que toma a escolha dos alvos, pois eles tanto podem conduzir a *questão* à sua máxima intensidade quanto levá-la a um processo de apaziguamento mais duradouro e confiável. A esse respeito, volto às considerações daquele mesmo entrevistado.

ENTREVISTADO: Se pessoal de Rosário pegasse o Fulano e matasse, pegasse o Sicrano, matasse, pegasse o Beltrano, matasse, tinham vingado a morte [de seu filho Marlon] e tinha ficado ali.

PESQUISADORA: Por que que não fizeram isso de uma vez?

ENTREVISTADO: É a tal coisa. Gente que não tem cabeça pra fazer as coisas. Fica vivendo de oitiva. Vai matar às vezes quem não merece. Outras vezes matam, acho até que tá certo. Tinha motivo pra matar.

Uma série de episódios de atentados contra a vida encadeia-se através das relações existentes entre seus alvos. As vítimas propriamente podem ser muito indiretamente ligadas entre si, mas nesse caso parece importar a intensidade e a extensão em que os danos são sentidos, isto é, dos limites dos alvos que, neste sentido, abrangem vítimas e pessoas atingidas através delas pela agressão. Assim, ainda que as causas sejam distintas, a oposição pode ser a mesma e

bastante para recrutar para o mesmo *lado* de uma *questão* indivíduos sem maiores ligações prévias.

Aqueles que cometem uma agressão por conta de uma *questão* são sempre alvos preferenciais das vinganças. No entanto, a idéia da obrigação de vingança parece menos enfatizada nesse universo social do que sugerem certas formulações, das Ciências Sociais (por exemplo, Vidal, 1991: 737; Verdier, 1980: 16-18; Costa Pinto, 1943: 14). As vinganças de fato acontecem muitas vezes e, neste caso, certamente os membros do grupo doméstico ao qual pertencia a vítima são sempre os principais suspeitos. Mas nessas empreitadas tomam parte pessoas mais ou menos ligadas pelo parentesco à vítima e em condições bastante diversas: vão por solidariedade, por amizade à vítima ou a seus parentes, em troca de pagamento, para mostrar fidelidade ou coragem, por compartilhar com determinadas pessoas dos mesmos inimigos, embora por razões inteiramente distintas. Envergando ou não o mesmo sobrenome, cada uma dessas pessoas, se descoberta sua participação, arrisca atrair para si os ensejos de vingança dos inimigos que lhe são próprios ou apenas, por assim dizer, estendidos. Desta maneira, os alvos se alastram. Se de fato pudermos derivar das *questões* sertanejas uma certa ritualização da vingança, que abarque por exemplo os momentos de agravo, de tentativas de conciliação e atos de retaliação (cf. Vidal, 1991: 736), essa eventual ritualização não permite antecipar-lhe o destino.

Nas diferentes narrativas de uma mesma *questão* nem sempre são os mesmos os episódios computados. Há por oposição a uma certa massa de acontecimentos sempre rememorados, que compõem o cerne ou o clímax da *questão* – *o tempo da briga* –, vários outros episódios de agressão entre inimigos que são apenas por alguns lembrados ou enfatizados. Um certo apoiante dos Gouveias, que no entanto não se identifica a esta família, alguém a quem os Santanas costumam designar como pistoleiro, justifica seu engajamento na *briga* de Jordânia também por razões de vingança, mas as de sua própria família, confor-

me explicou quando foi interrogado, na condição de acusado, naquela já referida CPI. Ele iniciou sua participação no episódio da emboscada ao prefeito Santana, um inimigo que partilhava com alguns Gouveias, mas por razões inteiramente distintas das deles. Por sua parte, integrantes do *lado* dos Gouveias acusam de pistoleiro dos Santanas alguém que, para defender-se perante a mesma CPI, invoca a mesma sorte de argumentos.

PRESIDENTE DA CPI: Então, o que nós queremos do senhor é o seguinte: pedimos que o senhor viesse aqui porque nós queremos que o senhor esclareça por que, por que, o senhor está envolvido na guerra entre a família Santana e a família Gouveia?

SEGUNDO ACUSADO: Não existe guerra, apenas no começo de 93, no meio de 93, por aí, a família Gouveia, da fazenda Carnaúba, que são os filhos de José Gouveia, seqüestraram um primo meu do Tabuleiro. Então, começou a questão entre a gente, sobre isso. Não que a gente tenha ligação com os Santanas. E até hoje meu primo está seqüestrado.

Vislumbra-se, assim, que uma *questão* na qual se opõem membros de famílias de elevada reputação aglutina em torno de si *questões* menores ou, antes, protagonizadas por famílias de menor prestígio. Por outro lado, aqueles que se aprazem em envergar algum outro sobrenome bem reputado do sertão do Pajeú, um Garcia ou Albuquerque, podem emprestar seu próprio nome a um dos *lados* dessa *questão*, uma vez que tenham algum parente, assim considerado, entre as vítimas. Nesse caso, o recorte dos episódios que devem computar na narrativa será também muito específico, de modo a incluir sempre e preferencialmente aqueles que dizem respeito à sua família. Em certo período da *briga* de Jordânia, os Santanas se opuseram aos Garcias, conforme estes costumam ressaltar. De todo modo, a *briga* constitui uma totalização, ainda que seus limites e inclusões sejam frequentemente discutidos. E dessa totalização, alguns dos episódios, envolvendo certos núcleos mais ativos nas *questões* e dotados de maior prestígio, não podem basicamente ser excluídos.

Esses núcleos em geral são formados por certas *casas*, ou melhor, pelos filhos jovens de sexo masculino e seu pai. Em regra, tais núcleos compreendem mais de uma *casa*, muitas vezes aquelas derivadas de uma *irmandade*. Assim, eles constituem-se a partir de um recorte no interior do universo dos *primos*, conforme é distinguido pelos nativos. Além de *primos*, cada ação promovida por núcleos assim pode contar com o apoio de amigos e, eventualmente, assume-se o recurso a pistoleiros. Assim, esses núcleos são usualmente designados por um nome, associado a algum sobrenome, quando uma coisa e outra não coincidem. Os meninos de Rosário Santana e os de Tonho Gouveia, em Jordânia, os Yoyôs (filhos de Yoyô) e os Livramentos (um grupo de irmãos), em Monsanto, são considerados os responsáveis ou protagonistas de boa parte dos episódios de *questões*, mas não necessariamente todos. Ao mesmo tempo, nas ações que se imputa a eles, sabe-se que os titulares a partir dos quais o próprio núcleo é nomeado beneficiam-se do apoio de outras pessoas que, malgrado compreendidas circunstancialmente pelo núcleo, não emprestam a ele seu nome, nem tomam para si o dele.

Lideranças. Poder e prestígio

Certamente, os “titulares” dos núcleos devem ser considerados também suas lideranças. Mas dentro deles há, novamente, bastante variação interna. Os “meninos de Rosário”, cada um deles, não se equivalem na *briga*. Um é mais belicoso, outro mais alijado etc.; deste núcleo fazem parte um ou dois *primos* que individualmente são também considerados lideranças da *briga*, mesmo por quem não toma parte dela. Alguns apoiantes de quem a reputação de pistoleiro ou amigo é sempre discutível, principalmente se envergarem o nome da família dos titulares, também procuram sobressair-se como lideranças. Caberia interrogar, então, sobre a coordenação de esforços e interesses nesse núcleo em que as posições de centro e periferia estão também em disputa. Além dos componentes juvenis evocados pelo nome, há o líder

de família que lhe dá origem. Assume-se e discute-se bastante até que ponto essa figura detém o comando geral deste núcleo. De fato, não é raro que justifiquem as grandes proporções que atingem as *questões*, pela fragilidade das lideranças de família, aludindo-se a um tempo antigo em que os chefes de família assumiam sozinhos a chefia da *questão*, controlando-lhe melhor os rumos.

PESQUISADORA: Alguém pergunta alguma coisa? A decisão de enfrentar ou de recuar ela é tomada em família ou são decisões mais pessoais?

ENTREVISTADO: Não, parece que aqui tem sido mais uma coisa pessoal. Porque até agora ainda não vi ninguém dizer vamos reunir [...]. Mas naquele tempo ninguém, um moço não tomava uma atitude sem o beneplácito, vamos dizer. A não ser que fosse uma coisa repentina de momento, assim, para resolver. Mas, uma coisa de caso pensado, fazer sem os velhos saberem? Não fazia, nada.

Seja como for, os núcleos das *questões* são sempre heterogêneos, subtraindo-se a uma hierarquização universal. As divisões internas operam em diferentes momentos e, de fato, os participantes de questões de família referem sempre à dificuldade e à necessidade de controlar as ações de todos os participantes, explicando assim certos atos dos quais eventualmente discordam ou dizem não tomar parte. Registrei em meu diário de campo algumas observações de Alexandre, a quem se considera atualmente uma das lideranças da *briga*, que exprimem divisões, relações e hierarquias no interior de um mesmo *lado*.

“Os meninos” são basicamente três. Trata-se do IRA, isto é, Igor, Roberto e Alexandre. Alexandre não teve nenhum irmão morto na briga, nem pai, nem sobrinho ou tio e primo só de segundo grau para mais distante. No entanto, ele é muito chegado a Igor, de quem fala com toda a consideração. Cresceram juntos, como “corda e canga”. Onde um estava, o outro estava também. Quando Igor precisou dele, ele não negou a amizade e se colocou sempre à disposição, participando de tudo. Há mais gente que é implicada, obviamente, mas não com o mesmo empenho, nem com a mesma responsabilidade. Eu chamei os três de líderes armados. Ele recusou o título de

líder, dizendo que entre eles três eles têm o hábito de brincar, chamando-se mutuamente de chefe. “E aí, chefe, que é que a gente faz?” “Quem manda é você, chefe.” À parte a brincadeira, parece-me óbvia a liderança deles, ainda que possam não ser obedecidos sempre. Alexandre mencionou uma certa insatisfação com Igor, por parte de outros integrantes da família. É que Igor terá “investido em si mesmo”, se formado, tem um emprego, tendo alcançado uma certa posição. Acham que por este motivo ele esfriou, segundo entendi. Alexandre dá razão ao primo. Ele diz que ele deve mesmo aconselhar as pessoas a não agirem contra os outros, para não reacender uma situação mais ou menos acalmada como está hoje em dia. Acrescente-se que se espera que Igor seja o líder da guerra, segundo Alexandre, porque ele teve dois irmãos mortos. Alexandre demonstrou que não considera ser assim, e por outro lado o que eu ouço é que o líder é Alexandre.

Esta situação de relaxamento foi conquistada após a morte de Naldo Gouveia. Alexandre diz que por ele – o IRA pode ser incluído – não haverá mais mortes. Mas ele sabe que outros primos seus não pensam assim e querem se vingar.

O tempo da política, do acirramento dos conflitos internos sob a suposta coesão no enfrentamento do opositor (Palmeira e Heredia mimeo: 10), encontra na *briga* – em particular no *tempo da briga* – um paralelo. Apesar de todo descontrole, apesar das mais numerosas derivações de uma *questão* em muitas outras *questões* através da intervenção de várias lideranças, uma *questão* é central, permanece como uma totalização válida, compreendendo um conjunto (mais ou menos bem definido) de ações. Essa totalização deve corresponder a alguma hierarquia. Assim se explica porque Gouveia e Santana designam uma *questão* que diz respeito, a um só tempo, a um universo menor – porque abrange apenas alguns de seus membros – e maior – visto incluir estranhos – do que essas duas famílias .

Essa hierarquia, parece-me que é de prestígio. Clastres (1978:143-5) procura distinguir poder de prestígio, no ensejo de definir a chefia primitiva, por oposição (ativa) ao Estado: “a palavra do chefe não tem força de lei” (:144), “o espaço da chefia não é o espaço do poder”.

Muitas de suas considerações parecem se aplicar às lideranças de *questões*. As qualidades pessoais são, também aqui, determinantes na aquisição de prestígio perante os pares e na produção de uma *fama*. Alexandre, por exemplo, passou a “tomar a frente” em decisões de vingança quando ele mesmo foi emboscado; até então, ele “só ia junto para ajudar”. Essa sua nova posição foi ocupada não apenas em virtude de se ter tornado um alvo concreto, mas sobretudo pelo fato de ter consagrado sua coragem naquele episódio em que, em condição de inferioridade notória, sozinho e ferido por tiros de fuzil, ele foi capaz de reagir atirando sobre seus inimigos.

No entanto, as diferenças merecem igualmente ser objeto de consideração; uma delas parece especialmente importante. Este universo social das lutas de família sertanejas está plenamente invadido pelo poder político, por focos de autoridade, de coerção, que se exercem independentemente da competência técnica individual, dos quais Clastres vê emanar, exclusivamente, o prestígio (:144). Ao mesmo tempo, o prestígio também produz suas próprias hierarquias nesse meio, e não apenas como um resíduo submetido à ordenação do poder político. A vida social oferece muitas oportunidades para que lideranças se produzam espontaneamente, para tomada de decisões de pertinência coletiva, mas que escapam a determinações de uma autoridade constituída. A resolução de conflitos (nas figuras dos pacificadores e mediadores) é uma dessas ocasiões mais especiais. São homens de prestígio que, procurados ou por iniciativa própria, intervêm para *ajeitar* as coisas entre os *lados* rivais e mesmo entre eles e as forças da Justiça. A mediação de *questões* é certamente uma prerrogativa dos chefes de família de maior prestígio, mas é também um papel cujo bom desempenho confere prestígio a outras lideranças menores, na proporção da publicidade do conflito.

Nesse universo por assim dizer misto, a transição entre esferas de poder e de prestígio é notavelmente fluida, creio que ao ponto de só analiticamente poderem ser consideradas esferas distintas. As hierar-

quias de prestígio e de poder invadem-se, interferem umas nas outras, quase se confundem. A categoria nativa *prestígio*, associada estreitamente à vida política local (cf. Villela e Marques, 2002), fornece uma lente para percebermos isso. Possui *prestígio* aquele que por meio de suas relações é capaz de cooptar fluxos de recursos liberados através de outras relações, como votos, favores, benefícios. Essas pessoas não obrigatoriamente exercem qualquer autoridade, mas são influentes o bastante para que sejam indispensáveis à constituição do poder político, muitas vezes personificado em um homem de *prestígio*.

Nas brigas de família, aos homens de prestígio sempre é imputada responsabilidade pelos acontecimentos. Se por um lado cabe a distinção entre chefia da *questão* e chefia de família, desempenhadas em classes etárias diferentes, por outro, supõe-se sempre que as diferentes lideranças se articulem e é bem dessa forma que os *lados* de uma *questão* se compõem. Mais ainda, estima-se, errada ou acertadamente, que homens de prestígio intervenham nas decisões engrossando, dessa forma, cada um dos *lados*. Assim, os Santanas e Gouveias adivinham nas sombras as participações na *briga*, nas fileiras inimigas, de algumas lideranças, constituídas, assim, dentro e fora da *questão*. Nesse cálculo pesam o grau do prestígio e da autoridade, bem como a *fama* individual de seus detentores, que ajuda a classificar cada um entre os apaziguadores, apoiadores e neutros. Como por natureza todos estes dados estão disponíveis para qualquer membro da comunidade, adivinha-se também os cálculos dos opositores, de modo que algumas das ações sofridas por um *lado* são justificadas com avaliações dos raciocínios que os inimigos devem ter feito. Entre as vítimas escolhidas por razões calculadas e adivinhadas, estão dois prefeitos dos Santanas, as-sassinados porque se supõe que a eliminação de tais lideranças enfraqueceria o inimigo. Isso ocorre principalmente quando tais lideranças são possuidoras de um espírito mais combativo, consagrado em suas trajetórias de vida, por suas *famas* (cf. Marques, 2001). Mais uma vez se nota o quanto os alvos e rumos de uma questão não obedecem a uma

preordenação, sujeitos que estão às alianças que não são limitadas a grupos definidos, a cálculos e a oportunidades.

Esta mesma observação também permite questionar a idéia de uma liderança geral para cada *lado* da *questão* – e, talvez possamos acrescentar, da facção política – que correspondesse e traduzisse os nomes que a definem e a singularizam dentre outras *questões*. Tanto no campo da briga quanto no da política, as relações de prestígio opõem-se como um obstáculo à produção de uma hierarquia única e universal, malgrado articulem-se às relações de poder. Não iria tão longe a ponto de estender a esse mundo o que Clastres viu nas chefias primitivas, os chefes postando-se à serviço da sociedade, subordinados à sua vontade. Mas, nesse universo social, as oposições se produzem de maneira que a autoridade adquirida com a ocupação de determinados postos ou *locus* de poder político não sejam meras cristalizações de uma configuração estável de poder. Esses postos fazem parte da barganha e da disputa que os ultrapassam, no palco das relações de prestígio. Um político, um policial, um comerciante não dissociam suas atividades da configuração política atual. Não só podem, como se espera que lancem mão das vantagens de sua posição para franqueá-las aos seus apoiantes, os quais fazem dele um líder. Também na esfera da *questão* esse apoio é solicitado pelos correligionários e sua concessão é sempre suspeitada pelos adversários. Eis a racionalização de que comungam Gouveias e Santanas, a qual já lançou dois prefeitos ao rol das vítimas dessa *questão* e que sustenta hoje a insatisfação dos “meninos” em relação aos atuais líderes políticos de suas facções, pelo fato de não cumprirem esse preceito. A personalização das relações da política são bem conhecidas e dispensam-me de recorrer, aqui, a exemplos mais concretos destas práticas.

Política e briga

Otterbein (1994), em um estudo transcultural de sociedades nas quais se praticam *feuds* e guerras internas, depara-se com uma correlação ne-

gativa entre a ocorrência dessas formas de conflito e a natureza de seus sistemas políticos, centralizados ou não centralizados. Observou, contudo, que os *feuds* podem ser suprimidos por algum poder central em caso de um conflito que contraponha lados opostos a um inimigo comum; algo que não acontece às guerras internas, porque estas se realizam entre facções ou comunidades distintas, portanto em sistemas políticos multicêntricos e não unicêntricos.

Sistemas políticos unicêntricos ou multicêntricos, diz Otterbein (: 113), distinguem-se de acordo com a unidade de análise focada. Os *feuds* se dão, por definição, dentro de uma comunidade, entre “*fraternal interest groups*” (idem), enquanto as guerras internas se dão entre unidades políticas distintas dentro de um mesmo sistema cultural. Parece-me, pelo que foi desenvolvido aqui, que as *questões de família* sertanejas mais uma vez se furta a uma categorização tão rígida. Não se reduzem a conflitos entre grupos fraternais, e seus *lados* tampouco coincidem com unidades políticas de qualquer tipo. De todo modo, as análises do autor são instigantes quando consideram a ineficiência com que poderes centrais constroem a ocorrência das guerras internas, ao propor apagar essas divisões em favor da união contra algum agressor externo. Em tais ocasiões, uma autoridade capaz de neutralizar eventuais *feuds* se exerce no interior de uma mesma unidade política. Mas as alianças entre centros políticos diferentes estará sempre obstada pelos ensejos de impedir que uma facção consiga sobressair-se às demais, consolidando um poder político sobre elas.

De volta ao problema inicialmente formulado, as brigas de família tanto são quanto não são políticas. Os seus alvos, a intensidade que alcançam, as alianças que as compõem são efeitos e produzem efeitos políticos, na *política*. Podemos sintetizar o que vem sendo dito até aqui considerando que na briga e na política não intervêm grupos que eventualmente atuem em duas esferas distintas. Política e briga são melhor descritas como momentos nas relações sociais, no seio das quais ambas estão inscritas, como totalizações possíveis, efetivas, não inteiramente coincidentes, tampouco excludentes. Provisórias e substituíveis.

Notas

- 1 Os nomes das localidades (situadas no vale do Pajeú, no sertão pernambucano) e de pessoas são todos fictícios, exceto aqueles que figuram em documentos de circulação livre e pública e que não se relacionam com os casos sobre os quais trabalhei. Nessa passagem, introduzi cortes e optei por alterar detalhes que, tanto quanto nomes, identificam o conflito e seus protagonistas mesmo para um público não muito diretamente envolvido na *questão*. Essas alterações foram feitas de modo a preservar os significados atribuídos a esses elementos excluídos ou substituídos. Uma *questão* de família é assunto sempre delicado e exigente de discrição, seja pelo respeito a seus protagonistas, seja pelo risco de serem reacesas velhas paixões a custo apaziguadas, mesmo quando se fala de um assunto, a bem da verdade, de domínio público, de uma certa comunidade. De algum modo, transponho para um contexto etnográfico, através dos expedientes que julgo mais apropriados, esses cuidados que constatei entre nativos, ainda quando nomes e detalhes não pareçam em si mesmos comprometedores, mas somente se relacionados a outros nomes e detalhes.
- 2 Ferraz de Sá (1974) propõe uma leitura mais marcada pelo conflito das relações entre duas famílias antagônicas no cenário político de certo município do sertão pernambucano. Sua “comunidade-caso” certamente evoca o universo social com que me defrontei em Jordânia, na virada para o século XXI. Porém, suas formulações não reproduzem exatamente os enunciados que colhi entre os habitantes de Jordânia, que assinalam um caráter amistoso que aquela autora excluiu de sua análise. A diferença é tênue, mas nem por isso desprezível. Aparentemente, ela viu uma maior continuidade entre a política e outros momentos ou formas de socialização, operando eventualmente uma fusão mais profunda, quicá identidade, entre família e facção política: “A rivalidade entre as famílias dominantes chega a seu apogeu na época das eleições. Nas campanhas eleitorais, os comícios são feitos com discussões e ataques pessoais aos membros das famílias rivais, mencionando-se as intrigas e brigas ocorridas em momento anterior. [...] Fora do período das eleições, as famílias rivais conseguem uma convivência social que não chega a ser amistosa, não ultrapassando a esfera formal de cumprimentos, presença em casamentos, atenções nas situações de mortes, doenças, e outras. Alguns de seus membros chegam a se casar entre si, o que não acaba com o desentendimento entre as famílias. Geralmente um dos cônjuges tem que fazer uma opção política mudando de facção” (: 90-3).

- 3 “A unidade social significativa no (e do) tempo, a facção (o lado ou partido) – não confundir com sigla partidária – existe em razão direta da intensidade do conflito que a delimita: do seu ponto de vista, o conflito não tem que ser amainado, mas, na medida do possível, levado a seu limite, para que a facção apareça e, portanto, exista (Palmeira e Heredia, mimeo: 6).
- 4 Com todas as reservas exigíveis em razão do distanciamento histórico entre os objetos, a evocação do conflito entre Pereiras e Carvalhos é instigante. A região do Pajeú foi cenário de episódios sangrentos protagonizados por membros destas duas famílias, as mesmas davam nome às facções que disputavam o mando político em Flores e Vila Bela, ao longo de décadas. O encadeamento de episódios de luta e políticos, tal como foi produzido em textos não acadêmicos como os de Ulysses Lins de Albuquerque (1976 [1957]) e Luís Wilson (1974), proporciona uma seqüência inteligível por sobre as inevitáveis lacunas não explicadas – mas, felizmente, perceptíveis – que permite notar a concorrência de diferentes interesses e grupos, de início precariamente articulados nos vários episódios. Assim, segue-se às especulações sobre as causas originárias de um conflito, tomado como único e designado por dois nomes de família, a descrição detalhada de várias e distintas *questões* encabeçadas por titulares desses nomes que, no entanto, mantêm-se independentes até certo ponto da narrativa. De modo concreto, Albuquerque detém-se, antes de propriamente iniciar a descrição da *questão* entre Pereiras e Carvalhos, em considerações sobre uma luta que opôs, mais de cinquenta anos antes, o chefe do Partido Conservador, um Pereira, a dois líderes do Partido Liberal inconformados com a recente nomeação a delegado daquele opositor político (: 203). Nada além de um suposto “ódio velho” liga, em sua narrativa, este episódio aos outros que se sucederão a partir de 1905. Além disso, os novos episódios parecem configurar *questões* distintas até um momento em que se opuseram lideranças de maior prestígio contrárias uma à outra, oposição esta certamente alimentada pela soma de insatisfações reciprocamente dirigidas pelos parentes, amigos e aliados pessoais e políticos dessas lideranças (: 212). Somente neste momento, e portanto *post factum*, *questões* particulares (inclusive as do passado e as do presente) fundem-se, coletivamente distintas cindem-se em dois *lados*, definidos ora por solidariedades prévias, ora apenas pela partilha de um inimigo comum, sem que, acrescento, as divisões anteriores se dissolvam completa e definitivamente em seu seio. Não é preciso desprezar as articulações tão bem assinaladas por esses autores entre as reviravoltas da política estadual e municipal e as desavenças de ordem pessoal e familiar que puseram em disputa em diversos momentos, ao longo de quase cem

anos, inimigos de forma diversa – por vezes apenas vagamente – ligados entre si. Trata-se antes de evitar inferências causais demasiado apressadas entre termos certamente relacionados.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, U. L.

1976 [1957] *Um sertanejo e o sertão*, Rio de Janeiro, Brasília, José Olympio, Instituto Nacional do Livro.

CLASTRES, P.

1978 *A sociedade contra o Estado*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

COSTA PINTO, L. A.

1943 “Lutas de famílias no Brasil”, *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, vol. LXXXVIII: 7-125.

FERRAZ DE SÁ, M. A.

1974 *Dos velhos aos novos coronéis*, Recife, PIMES.

MARQUES, A. C.

1999 “Notas sobre um conflito no sertão”, comunicação apresentada na 22ª RBA, Brasília.

2001 *Intrigas e questões. Tramas sociais no sertão de Pernambuco*, Rio de Janeiro, tese de doutorado, Museu Nacional- UFRJ.

OTTERBEIN, K. F

1994 *Feuding and War*, Amsterdam, Gordon and Breach.

PALMEIRA, M.

2000 “Eleição municipal, política e cidadania”, *Tempo e Presença*, n. 310: 7-15.

2001 “Política e tempo: nota exploratória”, in PEIRANO, M. (org.), *O dito e o feito*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p. 170-177.

PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M.

1996 "Apresentação", in *Antropologia, voto e representação política*, Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria.

PALMEIRA, M. & HEREDIA, B.

"Política ambígua", in BIRMAN, P., NOVAES, R., CRESPO, S. (orgs.), *O mal à brasileira*, Rio de Janeiro, EDUERJ, pp. 159-184.

PETERS, E.

1972. "Aspects of the control of moral ambiguities: a comparative analysis of two culturally disparate modes of social control", in GLUCKMAN, M. (org.), *The Allocation of Responsibility*, Manchester, Manchester University Press.

STRATHERN, M.

1992 "Parts and Wholes", in KUPER, A. (org.), *Conceptualizing Society*, Londres, Routledge.

VERDIER, R.

1980 "Le système vindicatoire. Esquisse theorique", in VERIDER, R. (org.), *La Vengeance*, Paris, Cujas, v.1.

VIDAL, D.

1991 "Vengeance", in BONTE, P., IZARD, M. (orgs.), *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie*, Paris, PUF.

VILLELA, J. M & MARQUES, A. C.

2002 "Sobre circulação de recursos nas eleições municipais em Pernambuco", in HEREDIA, B., TEIXEIRA, C., BARREIRA, I. (orgs.), *Como se fazem eleições no Brasil*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, pp. 63-101.

WILSON, L.

1974 *Vila Bela, os Pereiras e outras histórias*, Recife, Editora Universitária.

ABSTRACT: The aim of this work is to understand why, and to what extent, family struggles in the *sertão do Pajeú* region in the state of Pernambuco (struggles that are locally known as *intrigas* or *questões*) are also political struggles. To approach this issue, both external and native perspectives are considered (especially the latter) concerning the meanings of family fights – not so much in order to assume one of them, but rather to be able to catch a glimpse of the relationships they bring forth. Issues concerning the nature of family struggles as they take form in the backlands of Brazil's Northeast led me to examine each of their partial aspects. Thus, I focus on even the tiniest moments of the actualization of these struggles, instead of assuming a global point of view. This procedure brought forth a series of discontinuities, of boundaries within a social universe where relationships are strongly centered on the family and where values such as unity and solidarity are widely emphasized, both in social rhetoric and in its analysis.

KEYWORDS: family, family struggles, politics, Pernambuco.

Recebido em Julho de 2002.